

Inflação, inimiga número um dos candidatos

ÁLVARO NASCIMENTO
e Sucursais



Silvio Santos não tem programa

Principal preocupação do eleitor brasileiro, como apontam todas as pesquisas de opinião, a inflação, se torna, a poucos dias da eleição, tema que poderá determinar o voto de grande parte do eleitorado em um dos candidatos à Presidência. Espécie de ferida que não cicatriza, problema insolúvel, "praga" que fez parte da vida de nossos avós e pais, hoje presença obrigatória nos cálculos das despesas domésticas de qualquer família precavida e que pela insistência e tenacidade foi incorporada à cultura do País, o combate à inflação é tema permanente nos debates em que comparecem os candidatos.

O GLOBO ouviu os dez candidatos mais bem colocados nas últimas pesquisas em relação às formas que utilizarão para combater o processo inflacionário. A exceção do mais novo protagonista do embate eleitoral, o animador Silvio Santos, que declarou "não ter programa para o País", todos analisaram o tema.

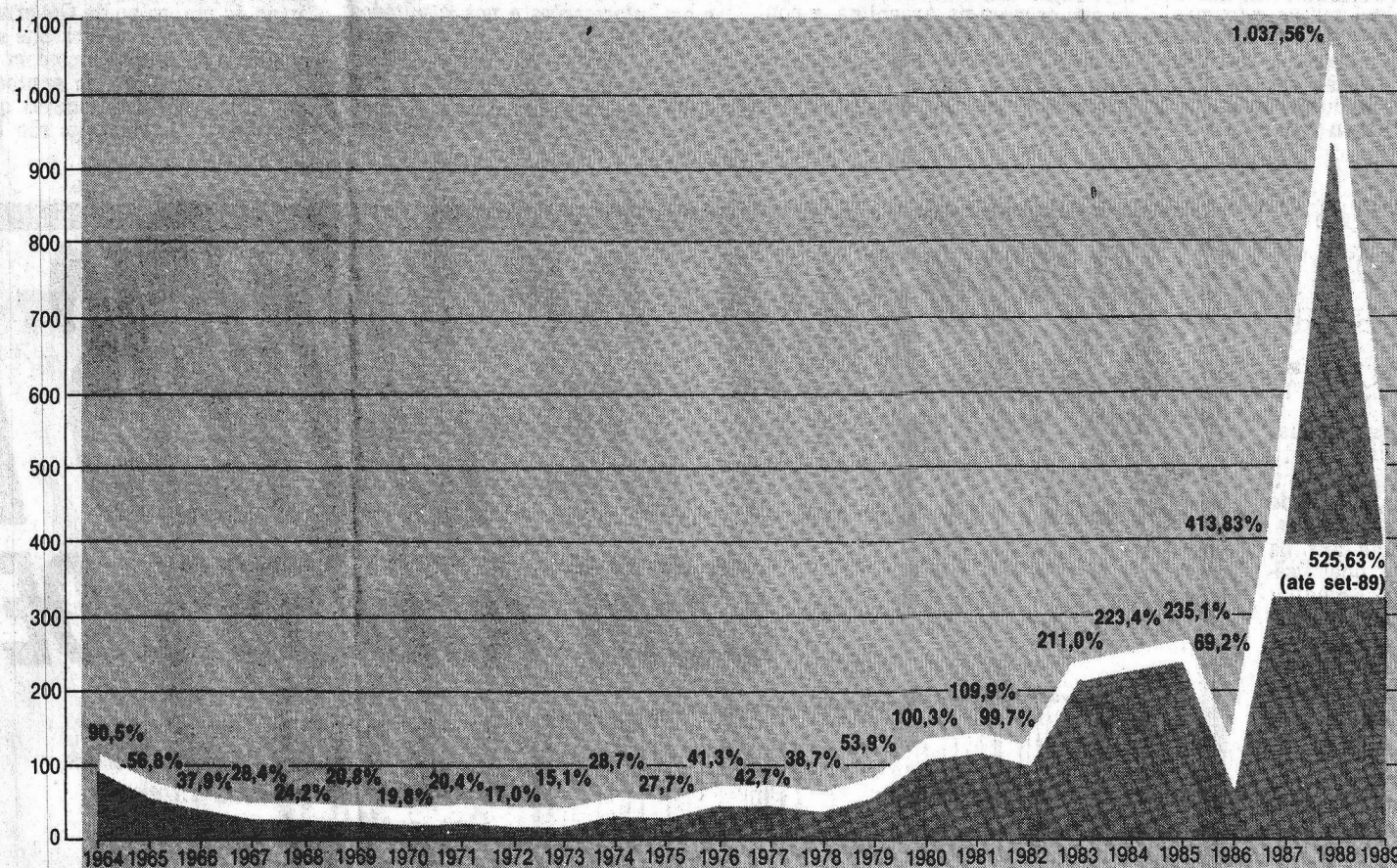
Para se ter uma idéia de como a inflação tem interferido na vida econômica do País, só no Governo Sarney ela alcançou 170.719,83%. A culpa da escalada inflacionária é sempre jogada sobre o que há de mais frágil na conjuntura no momento em que seu índice é anunciado, variando da entressafra de determinado produto a novos modelos de roupa; da ausência de chuvas no nordeste às inundações no sul; da greve de trabalhadores em setores importantes da economia às leis aprovadas na Constituição. A razão mais insólita para justificar a es-

calada inflacionária, no entanto, foi apresentada pelas autoridades econômicas no mês passado. Após reunião entre os ministros do Planejamento, João Batista de Abreu, da Fazenda, Mailson da Nóbrega, e o Presidente José Sarney, para analisar as causas do índice de 35,95% no mês de outubro, Abreu apontou o vilão responsável pela inflação do mês: a sucessão presidencial. Segundo ele, o índice crescera ainda mais por causa das "expectativas da sociedade, que estariam gerando uma histeria, um sentimento que não pode ser negligenciado".

A maioria dos candidatos discorda da avaliação do Governo, dizendo que, ao contrário, a mudança que a eleição poderá trazer ao País, que passará a ter um Governo eleito diretamente e por isso mais comprometido com a sociedade, abre a perspectiva da solução de problemas graves como o da inflação.

A escalada inflacionária no Brasil

Em curva ascendente, a inflação no Brasil nos últimos anos desvalorizou nada menos que quatro moedas: o cruzeiro, o cruzeiro novo, o cruzado e o cruzado novo. Célere, ela correu o poder de compra dos assalariados brasileiros, maiores vítimas das perdas causadas pelo descontrole dos preços. As segundas tentativas de implementação de políticas anti-inflação esbarraram em problemas como o corte de subsídios, o controle do déficit público e a renegociação da dívida externa.



FONTE: FGV

FERNANDO COLLOR

Um "choque de credibilidade e legitimidade" é a receita do candidato do PRN, Fernando Collor de Mello, para deter o processo inflacionário no País. Para o candidato, a solução para o problema está fundamentalmente no saneamento financeiro do Estado e na reversão das expectativas que alimentam a especulação e a inflação.

Assim, Collor pretende executar um programa baseado em um entendimento nacional e chegar progressivamente à desindexação da economia. Ao mesmo tempo, deflagrar reformas econômicas, administrativas, fiscal e patrimonial.

Como consequência disso, Collor prevê uma redução da dívida interna, já que o Governo não vai precisar mais emitir títulos para pagar suas contas. Este será, segundo a assessoria econômica do candidato do PRN, o caminho para reduzir o déficit público.

Collor defende, ainda, uma política saneadora nos mercados do dólar e ouro, que evite a especulação.



LULA

O candidato da Frente Brasil Popular, Luis Inácio Lula da Silva (PT), tem um programa que prevê o ataque às causas primárias da inflação e do déficit público, através de um plano emergencial que envolve uma política de controle de preços e a suspensão do pagamento da dívida externa.

O "plano de emergência" da Frente Brasil Popular, a ser implementado logo após a posse de Lula, prevê o controle de preços através de um eventual congelamento temporário e de curto prazo.

Para atacar o déficit público, o grupo de economistas do PT que elaborou o programa do candidato propõe uma renegociação dos prazos e das condições de financiamento da dívida interna, revisão dos subsídios hoje concedidos pelo Estado, elevação da arrecadação tributária e a implantação de uma política sobre sonegação que envolva o controle dos gastos da administração direta, com o combate à corrupção e aos funcionários fantasmas.



LEONEL BRIZOLA

O candidato Leonel Brizola (PDT) não se cansa de repetir que combaterá a inflação com ataques sistemáticos ao que ele batizou de "perdas internacionais". Nessa definição estariam incluídos os pagamentos dos atuais juros da dívida externa, a remessa de lucros pelas multinacionais, a falta de fiscalização do sistema bancário para inibir a fuga de divisas e a dependência tecnológica.

Na opinião de Brizola, o Governo precisará reformular o sistema financeiro, devolvendo ao setor produtivo grande parte do capital hoje "empatado na especulação". A inflação só existe, segundo Brizola, porque beneficia segmentos sociais "poderosos".

Apesar de não fazer apologia da desestatização, Brizola acha necessário o enxugamento da máquina administrativa após um minucioso estudo que identifique as áreas ociosas do Governo. O cancelamento de subsídios a muitas empresas privadas deverá ser outra arma brizolista no combate à inflação.



MÁRIO COVAS

A receita do candidato Mário Covas (PSDB) para combater a escalada inflacionária está vinculada a uma política de revisão dos recursos públicos.

— É ilusório procurar combater a inflação sem que se estanque a drenagem dos recursos públicos acarretada pela diminuição da receita tributária líquida e pelo aumento dos encargos financeiros — prevê o programa de Governo dos tucanos. O plano aponta o endividamento externo como uma das causas da inflação, pois obriga a transferência de recursos e força o superávit na balança comercial.

Para o PSDB "os planos de emergência apenas acentuam o zigue-zague das políticas econômicas, sem definições de longo prazo e sem regras estáveis do jogo; contribuindo para aumentar a instabilidade e para deprimir o investimento privado". Para os técnicos tucanos da área econômica, só um governo novo, com autoridade e legitimidade, poderá propor soluções contra a crise.



PAULO MALUF

O candidato do PDS à Presidência da República, o Deputado Paulo Maluf, diz que a receita para reduzir a inflação brasileira é simples: basta controlar a emissão de moedas e de títulos públicos no mercado financeiro, além de cortar todos os gastos do Governo com mordomias, subsídios e salários elevados do funcionalismo federal, que em sua opinião necessita de um estudo profundo para servir ao País que a sociedade deseja construir.

Dentro de sua estratégia de combate à escalada inflacionária, o candidato do PDS afirma que atacará a dívida externa e a dívida pública interna.

— Com relação à dívida externa, nem um centavo será pago se não for verificado e renegociado. A dívida interna será honrada pelo Governo mas reduzida a suas reais dimensões. E vamos paralisar a emissão de papéis, desestimulando a chamada ciranda financeira. No Governo Maluf, o juro deixará de ser o filho pródigo — acrescentou.



Economistas divergem sobre a hiperinflação

Nenhum candidato à Presidência da República ainda convenceu o mercado financeiro que o próximo Governo equilibrará o orçamento público e honrará o pagamento da dívida interna. Por isso, a hiperinflação será precipitada por uma fuga de aplicações do overnight para o dólar e outros ativos reais.

A opinião é do professor Rudiger Dornbusch, da Fundação Getúlio Vargas e do Massachusetts Institute of Technology, que acredita que a economia brasileira estará atravessando uma hiperinflação antes da posse do novo Presidente da República. Segundo ele, para impedir a formação de uma expectativa de que o novo Governo não honrará o pagamento dos juros da dívida interna, os candidatos teriam que apresentar desde já programas coerentes e exequíveis para equilibrar o orçamento público, zerando o déficit fiscal.

Já o economista Antonio Kandir, da Universidade Estadual de Campinas, está convencido de que não há condições de, a curto prazo, a inflação atingir a economia brasileira.

No seu entender, hoje existem dois fatores que afastam o fantasma da hiperinflação: os superávits comerciais do País e sua atual situação cambial, além da atual margem de reserva internacional.

De acordo com a visão de Kandir, a "dolarização" da economia — condição essencial para a deflagração do processo de hiperinflação — é algo distante da realidade brasileira, exatamente porque não há uma crise cambial.

Já em relação aos preços praticados pelo mercado, Kandir ressalta que "o empresariado sabe que teria muito a perder com a desorganização da economia e, se a hiperinflação realmente estiver próxima, ele aceitará acordos para segurar os preços".

Para ele, até a eleição e posse do futuro Presidente da República haverá ondas freqüentes de valorização nos ativos de risco, muita especulação e uma prática de preços onde cada agente econômico tentará aproveitar para se precaver quanto ao futuro. Nesse quadro, explica ele, a vitalidade da economia brasileira — "uma verdadeira galinha de ovos de ouro para alguns agentes" — e a preservação das reservas cambiais através da centralização cambial em um patamar alto, contribuem para evitar o descontrole total.

O economista da Unicamp não acredita no sucesso de qualquer plano de congelamento de preços que seja deflagrado agora, "não só pela pouca probabilidade de êxito num período de final de mandato do Governo federal, mas também em função da fragilidade do esquema de financiamento do setor público, que acaba minando qualquer tentativa de choque econômico", concluiu.

AFIF DOMINGOS

Eliminar imediatamente todos os subsídios, isenções fiscais e incentivos concedidos por uma ordem politicamente fechada e devolver ao Congresso a prerrogativa de decidir sobre programas dessa natureza são propostas do candidato Afif Domingos para combater a inflação.

Ele entende que não haverá retomada do desenvolvimento sem a destituição imediata da mecânica da hiperinflação. Para isso, adotará um plano de estabilização baseado na mudança dos regimes fiscal e monetário e uma renegociação da dívida externa em novos termos. As diretrizes para a implantação dessas reformas são perfeitamente conciliáveis, afirma Afif, com o pleno funcionamento dos três Poderes.

Guilherme Afif defende o enxugamento da máquina administrativa com a extinção de dez Ministérios. O Partido Liberal quer consolidar a participação acionária do Governo em uma holding do Tesouro Nacional para a recuperação das finanças públicas.



ULYSSES GUIMARÃES

A inflação elevada, com ameaça recorrente de explosão desagregadora, é o resultado da desorganização do padrão de financiamento da economia brasileira, num contexto de indexação institucionalizada, instantânea e abrangente. Um programa para vencer a guerra contra a inflação deve ter, como medidas principais, o fim da ciranda financeira, acabando com a remarcação do dinheiro sem risco e sem compromisso com o desenvolvimento brasileiro.

Estes são alguns pontos do programa econômico do candidato do PMDB à Presidência, Ulysses Guimarães, que propõe ainda o respeito à moeda nacional com controle drástico da liquidez, da emissão inflacionária de papel moeda e de títulos de dívida; equilíbrio das finanças do Governo com duro combate à sonegação, ao desperdício, à sonegação, à corrupção, aos subsídios injustificáveis; e redução substancial da transferência de dólares para os credores da dívida externa, com aumento das nossas reservas e divisas.



ROBERTO FREIRE

Renegociar a dívida externa para diminuir o seu estoque e seu serviço, com uma moratória dos pagamentos durante a negociação, e alongar o perfil da dívida pública através da troca dos papéis de curto prazo por outros de longo prazo, são duas das medidas que Roberto Freire, candidato do PCB à Presidência da República, aponta para combater o processo inflacionário. Os comunistas defendem ainda o controle pelo Estado de todo o sistema financeiro e de câmbio.

Os comunistas querem redimensionar a política de incentivos fiscais, através do combate rigoroso à sonegação de impostos, aumento da carga líquida de arrecadação e austeridade no controle das despesas, especialmente de custeio. O PCB, no entanto, é visceralmente contrário à visão que aponta o crescimento do Estado como causador do déficit público e, em consequência, da inflação, e é contra a privatização de estatais para combater estes problemas.



AURELIANO CHAVES

O candidato do Partido Liberal, Aureliano Chaves, acredita que uma das primeiras medidas a serem implementadas pelo novo Presidente da República como forma de combater o processo inflacionário que correu a economia do País deva ser uma política de preservação da moeda. Para Aureliano, isso se viabilizaria através da busca do equilíbrio das contas públicas que, segundo ele, hoje é uma das principais causas da inflação.

Para alcançar esse equilíbrio, Aureliano tem como prioridade a busca da eficiência das empresas estatais, que seria conseguida, em sua opinião, através de uma profunda reforma administrativa na máquina do Estado. Dentro dessa reforma, ele incluiria a possível privatização de empresas do Estado, mas explica que não seria ele quem determinaria que empresas seriam privatizadas.

— Não quero, a pretexto da privatização, dilapidar o patrimônio nacional. Caberia ao Congresso definir regras de privatização.



RONALDO CAIADO

— Dinheiro, meu amigo, é uma mercadoria como outra qualquer: quanto mais existe, menos vale. Inflação é isso. A definição é de Ronaldo Caiado (PSD), que acredita poder controlar a escalada inflacionária existente no País através de uma política de aumento da oferta de alimentos e da eliminação do déficit público.

A proposta de Governo de Caiado prevê a eliminação do déficit público através da privatização de empresas estatais e do aumento de arrecadação. Com a implantação de um programa privatista "moderno e eficiente", o candidato pretende aliviar as despesas governamentais do peso dos prejuízos de empresas e atividades públicas.

Para garantir uma maior arrecadação de recursos para os cofres da União, o candidato do PSD propõe uma atuação enérgica em duas frentes: na captação de investimentos externos e na incorporação de novos contribuintes pelo alívio da carga tributária.

